



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL E ORIENTAÇÃO TÉCNICA
DIVISÃO DE ESTUDOS DA APLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BL. "L" - ANEXO 1 – 3º ANDAR BRASILIA – DF CEP-70.047-900

PROCESSO Nº: 23068.782024/2014-05

INTERESSADO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: Progressão/Promoção de docente cedido

Senhora Coordenadora,

- 1. Trata-se de consulta acerca da possibilidade progressão/promoção de docentes pertencentes a Carreira do Magistério Federal, que se encontram cedidos à outros órgãos ou entidades.
- 2. Esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, médiante parecer constante às fis. 15/18 dos autos, emitiu manifestação acerca do assunto concluindo pela falta de previsão legal para a concessão de promoção ou progressão ao servidor cedido, pertencente à Carreira do Magistério Federal.
- 3. Visando melhor esclarecer a situação apontada nos autos, esta Coordenação solicitou o retorno dos autos à este Ministério, visto que o entendimento exarado se deu de uma forma geral, merecendo pontuação às considerações que seguem.
- 4. Em regra, o docente pertencente à Carreira do Magistério Federal não fará jus à progressão ou promoção quando afastado do efetivo exercício de suas atividades acadêmicas.
- 5. Contudo, frisa-se que este Ministério emitiu a Portaria nº 554 de 20 de junho de 2013 a qual estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de

lin

desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Pland de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

- 6. A referida portaria dispõe que a avaliação de desempenho levará em consideração, também, o exercício de funções de direção, coordenação, assessoramento, chefia e assistência na própria IFE ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura e de Ciência, Tecnología e Inovação, ou outro relacionado à área de atuação do docente.
- 7. Deste modo, aos servidores pertencentes à Carreira do Magistério Federal, que, em razão do instituto da cessão, desempenham suas atividades no Ministério da Educação, Ministério da Cultura ou Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, será permitida a progressão ou promoção, desde que cumpridos os demais requisitos estabelecidos em lei.
- 8. Isto posto, submetemos a matéria à superior consideração, propondo seu posterior encaminhamento à Universidade Federal do Espírito Santo para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Brasilia 28 de Outubro de 2015.

Coordenadora de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica

De acordo.

Encaminhe-se como proposto.

Brasilia, 28 de Outubro

de 2015.

DAMÁRIS ORRÚ DE AZEVEDO AGUIAR Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas